



PLC 30/2018

Votação segue travada na Alesp. Vamos manter a pressão sobre os deputados por nossas emendas

Os diretores do Sinteps continuam em trabalho contínuo na Assembleia Legislativa (Alesp) para tentar aprovar três emendas de interesse dos trabalhadores do Ceeteps no Projeto de Lei Complementar (PCL) 30/2018, que tramita na Assembleia Legislativa (Alesp) a pedido do governador Márcio França. O objetivo do projeto é introduzir algumas adequações na "Lei Complementar nº 1.044, de 2008, que institui o Plano de Carreiras, de Empregos Públicos e Sistema Retributório dos servidores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza".

O trabalho já rendeu os primeiros frutos, com a apresentação das emendas por deputados de vários partidos: Barros Munhoz e Caio França (PSB), Carlos Giannazi e João Paulo Rillo (PSOL), Beth Sahão (PT).

Embora tramite em regime de urgência, o PLC 30, enviado à Alesp em 27/6/2018, ainda não foi votado. Ocorre que os trabalhos da Alesp estão "travados", por conta de disputas em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2019, que define os recursos para os vários setores públicos no próximo ano. O fracionamento da base governista - que se divide entre as candidaturas de João Doria e de Márcio França ao governo do estado - está dificultando que estes setores, antes unificados, cheguem a um acordo sobre o teor da LDO. Com isso, o restante da pauta da Alesp não avança.

A última movimentação do PLC 30 é de 10/7/2018, quando foi distribuído ao deputado Roque Barbiere (PTB), no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. A diretoria do Sindicato foi conversar com o deputado, que se comprometeu a indicar a aprovação do projeto com as emendas.

O Sinteps orienta os trabalhadores a intensificarem a pressão sobre os parlamentares, para que apoiem a apro-



vação das nossas emendas (*veja a seguir*).

O que estamos reivindicando

As emendas apresentadas pelo Sinteps viabilizam três reivindicações da data-base

2018, que podem ser atendidas pelo Ceeteps sem que seja necessária nenhuma suplementação ao orçamento da instituição neste ano. A viabilidade do atendimento destas reivindicações foi comprovada em estudo feito pelo Sinteps, a partir dos números divulgados pelo Ceeteps.

As reivindicações são as seguintes:

- Igualdade de condições na promoção especial por titulação (extensão desse direito aos Auxiliares de Docente e aos Técnicos e Administrativos);
- Igualdade no reajuste concedido em fevereiro de 2018 (mais 3,5% para os Técnicos e Administrativos);
- Pagamento do auxílio saúde para todos.

E-mail para os deputados

Como já conseguimos fazer com que vários deputados, de diversos partidos, apresentassem as emendas, agora é o momento de pressionar o conjunto de parlamentares a aprová-las quando chegar o momento da votação.

É importante que eles percebam a visibilidade que podem ter ao apoiar as emendas do Sinteps, uma vez que a nossa categoria está presente em todo o estado de São Paulo. Vamos pedir para os deputados da nossa região apoiarem as nossas emendas e votarem a favor delas.

Outra boa iniciativa é encher a caixa deles de e-mails.



No site do Sinteps (www.sinteps.org.br), na seção de notícias, você encontra: a íntegra das emendas, as propostas de texto para os e-mails e os endereços dos deputados

Leia também nesta edição:

- MEC convoca "Dia D da BNCC" em 2/8: Vamos rejeitar a reforma do ensino médio!
- Novo regimento das ETECs: Exija o debate democrático e participativo

MEC organiza “Dia D da BNCC” para 2 de agosto. Vamos participar e rejeitar a reforma que desmonta o ensino médio

O Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) anunciaram que 2 de agosto será o “Dia D da BNCC”, data em que mais de 28 mil escolas públicas e particulares e 509 mil professores estão sendo chamados a debater a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio. O objetivo, segundo os organizadores, é que os professores discutam e façam sugestões à BNCC, documento que deve nortear o que será ensinado em sala de aula após a implantação da reforma do ensino médio estabelecida pela Lei nº 13.415/2017, aprovada a toque de caixa pelo Congresso Nacional, a pedido do governo Temer, no início de 2017.

A implantação da reforma, no entanto, só poderá ser dar no ano seguinte à aprovação definitiva da BNCC, o que ainda não ocorreu.

Ao propor a realização do “Dia D”, o governo tenta ganhar o apoio dos professores, setor considerado essencial para emplacar de vez a reforma. Nos materiais divulgados pelo MEC para subsidiar os debates nas escolas, os professores são chamados a opinar de forma burocrática e limitada às consultas sobre se consideram “suficientes” cada conteúdo proposto nas diversas áreas. Não há espaço para críticas e questionamentos mais profundos sobre a reforma e seu caráter. Cumpre destacar que o itinerário formativo específico da educação profissional sequer é apresentado no documento divulgado pelo MEC.

Para entender melhor

No final de 2016, o país foi pego de surpresa com a notícia de que o governo de Michel Temer estava baixando uma drástica reforma no ensino médio brasileiro a partir de uma Medida Provisória (!), sem qualquer debate com as entidades representativas da educação e o conjunto da sociedade. No final de 2017, igualmente sem debate com a sociedade, o Congresso aprovou a reforma, transformada em lei (nº 13.415/2017). Para se tornar realidade, no entanto, ainda falta a aprovação definitiva da BNCC.

Em abril deste ano, o MEC apresentou a proposta de BNCC que havia sido aprovada no Conselho Nacional de Educação (CNE). A proposta logo recebeu uma saraivada de críticas, especialmente pelo fato de tornar obrigatórias somente as disciplinas de língua portuguesa e matemática, dando a todas as demais o caráter de “interdisciplinares”, relegadas ao “terreno das incertezas”, como denunciou César Callegari, presidente da Comissão Bicameral do CNE encarregada da BNCC, em sua carta de renúncia ao posto, divulgada em 29/6/2018. Num dos trechos de sua carta, ele diz:

(...) “A elaboração de uma Base Nacional que defina direitos de aprendizagem de crianças jovens e adultos e que inspire a elaboração dos currículos é estratégica (necessária, embo-



ra não suficiente) para o avanço da Educação no Brasil. Assim dispõe a Lei do Plano Nacional de Educação. Aos direitos de aprendizagem devem corresponder os deveres do Estado e da Sociedade, dos governos, das escolas e das famílias. Portanto, desde o início, a BNCC foi imaginada para ser uma

base para a equidade que ajudasse a elevar a qualidade da educação brasileira. Contudo, na contramão de tudo o que se pensou, a nova Lei do ensino médio estabelece que esses direitos serão reduzidos e limitados ao que puder ser desenvolvido em, no máximo, 1800 horas. Ou seja: apenas ao que couber em cerca de 60% da atual carga horária das escolas. Pergunta-se, então: o que vai ficar de fora? Quanto de língua portuguesa, de biologia, de filosofia, de matemática, química, história, geografia, física, arte, sociologia, língua estrangeira, educação física? Quantos conhecimentos serão excluídos do campo dos direitos e obrigações e abandonados no terreno das incertezas, dependendo de condições, em geral precárias, e das vontades por vezes poucas?” (...)

A posição do Sinteps

Somando-se a centenas de entidades educacionais – acadêmicas e sindicais –, o Sinteps propõe que os professores participem e digam **NÃO** à proposta de um ensino médio amorfo, sem os componentes curriculares que sustentam as formações nas diferentes profissões e áreas de atuação.

O Sinteps indica que os professores das ETECs participem do “Dia D” (que ainda não foi chamado pelo Centro Paula Souza, diga-se de passagem!) e debatam todos os documentos (tanto os do governo, quanto os das entidades críticas à reforma), concluindo com a divulgação de um posicionamento da unidade pela revogação da Lei nº 13.415/2017 e pela retirada da proposta de BNCC apresentada em abril de 2018.

Queremos que o governo reinicie o debate sobre os rumos do ensino médio de forma democrática, envolvendo a comunidade acadêmica, os especialistas e as entidades educacionais e sindicais da área. Da forma como está, a proposta indica o dramático empobrecimento dos conteúdos curriculares do ensino médio, a precarização da formação dos jovens e a demissão de milhares de professores.

Subsídios ao debate

No site do Sindicato (www.sinteps.org.br), na seção de notícias, você encontra:

- Materiais do MEC de subsídio ao “Dia D”
- A íntegra da BNCC que está sendo proposta
- Nota de entidades educacionais pela revogação da reforma do ensino médio
- Carta de renúncia de César Callegari à Comissão Bicameral do CNE encarregada da BNCC

Comunidade deve exigir participação efetiva na reformulação do regimento das ETECs. Divulgue o abaixo-assinado proposto pelo Sinteps

Em setembro de 2017, o Sinteps divulgou matéria alertando a comunidade de que o Centro Paula Souza havia instituído uma comissão para estudar alterações no Regimento das Escolas Técnicas (ETECs).

No texto, o Sindicato chamava a atenção para o pequeno prazo dado à comunidade para se manifestar com propostas, bem como ao fato de que muitos diretores poderiam ignorar a discussão e evitar a divulgação do debate na escola. Infelizmente, a entidade não recebeu nenhuma contribuição dos trabalhadores na oportunidade.

O processo caminhou e uma nova etapa teve início recentemente. Mais uma vez, no velho estilo da Superintendência do Centro, esta nova etapa traz um verniz democrático, mas a essência segue excluindo a participação efetiva da comunidade. Na minuta final do novo regimento, a comunidade é chamada a opinar sobre três propostas de mudança (veja a seguir). Mas isso não se dará de forma ampla, de modo a permitir que todos os interessados opinem. A proposta é que a escola realize “reuniões extraordinárias” de seu conselho para indicar dois representantes (um docente e um técnico-administrativo) para representá-la no processo de votação dos itens polêmicos propostos na minuta do novo regimento. O detalhe: a indicação destes representantes deve ser feita até 20/7 (!), ou seja, em pleno recesso nas unidades.

O Sinteps orienta os trabalhadores das ETECs a rejeitarem esta imposição e a cobrarem de seus diretores que o processo de reformulação do Regimento das ETECs garanta a participação democrática da comunidade. Desta forma, solicitamos que toda a comunidade seja ouvida, após amplo debate, por meio de votações nas unidades, no mês de agosto, com as propostas de

mudanças expostas em cédulas para que todos votem. Clique aqui para acessar abaixo-assinado com este teor, a ser apresentado à direção da escola.

Luta histórica

O processo de reformulação do regimento das ETECs poderia ter culminado em mudanças que realmente avançassem em termos de participação democrática da comunidade na vida da unidade. O mecanismo de escolha dos diretores, por exemplo, não sofreu nenhuma alteração. Atualmente, a palavra final cabe à Superintendência, que pode escolher qualquer membro da lista tríplice, independentemente deste ter ficado em primeiro lugar ou não. Para o Sinteps, a escolha dos dirigentes deve se dar por meio de eleições diretas e paritárias (peso igual para os três segmentos) em todos os níveis (Superintendência, diretores de unidade, coordenadores).

Outro ponto que segue inalterado é a composição dos conselhos de escola (os segmentos docente e técnico-administrativo têm direito a um representante cada, enquanto os diretores podem convidar até 7 membros externos). O Sinteps defende que estas instâncias (desde o conselho de escola até o Conselho Deliberativo do Centro), garantam a participação paritária da comunidade, por meio de eleições diretas.



No site do Sinteps (www.sinteps.org.br), na seção de notícias, você encontra as principais mudanças previstas na minuta de novo regimento e os indicativos do Sinteps

